



# ParlAmericas

Ano II Número 2 Versão em português

Foro Interparlamentario de las Américas  
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques  
Inter-Parliamentary Forum of the Americas

Legisladores e as implicações econômicas, sociais, políticas e de gênero dos possíveis acordos comerciais

## Muito mais que comércio

*Organizado por sua seção canadense, o FIPA realizou o primeiro seminário hemisférico sobre comércio em Ottawa, Canadá, entre 18 e 20 de março com a participação de delegados de oito países da região interessados em aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto. Perguntamos a um representante de cada país que proveito tiraram do workshop. Eis o que disseram.*

Segundo a deputada boliviana Elsa Guevara, o workshop permitiu uma reflexão sobre o papel dos Parlamentos e sobre a necessidade de que estes, "em termos de controle do gasto público, não se convertam somente em mecanismos para a aprovação de projetos econômicos, mas que assumam sua parte no controle e na prestação de contas".

Para a senadora colombiana Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda, o workshop não só foi "uma ferramenta muito útil para os participantes", mas, acrescentou, "o papel do Congresso nos acordos comerciais encontra sentido nas experiências e ensinamentos nesse seminário".

Norris Charles, deputado de Domínicia (Caraíbas), qualificou o workshop de "muito relevante, oportuno e significativo" e disse que os acordos comerciais não devem incluir somente os Governos, mas "o próprio

Parlamento deve procurar se informar, se envolver; o processo de consulta deve incluir não só os parlamentares, mas também o público em geral". Em suas palavras: "Informarei meus amigos parlamentares e as pessoas do meu distrito eleitoral sobre o seu papel no processo de negociação

entender os acordos comerciais passados entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, e também examinar como poderemos trabalhar para reduzir a pobreza através do comércio".

"O workshop foi muito proveitoso

Foto: FIPA



Os parlamentares no workshop sobre comércio.

desses acordos comerciais".

A deputada salvadorenha Ingrid Berta Bendix, que manifestou a intenção de discutir o que aprendeu no âmbito da sua bancada, destacou que os conhecimentos obtidos durante o seminário "vão nos ajudar muito porque em El Salvador tudo o que se relaciona com o livre comércio está se desenvolvendo".

Para a senadora Edmonde Suplice Beauzile, do Haiti, o workshop "nos permitiu

para mim", declarou o deputado jamaicano Charles Learmond. "Eu realmente não conhecia nada a respeito dos meandros do comércio e com o workshop levarei o que aprendi para compartilhar minhas idéias com meus colegas e para consultar regularmente o meu distrito eleitoral pois eles precisam saber a respeito do comércio", afirmou.

"Mesmo não achando que são os acordos de livre comércio que vão tirar nossos países do subdesenvolvimento", o

deputado do México Salvador Ruiz Sánchez destacou que o workshop foi "sumamente interessante" porque "coloca a questão do que estamos fazendo, nós, os parlamentares, na questão da fiscalização dos nossos governos e do quanto estamos perto ou longe dos nossos eleitores".

"Acredito que todos os delegados através das Américas, incluindo o Canadá, tiveram a oportunidade de entender mais a respeito dos acordos comerciais, o relacionamento entre o comércio e suas economias e, evidentemente, como isso vai afetar o povo dos nossos países", sintetizou o deputado James Bezan, presidente da seção canadense do FIPA. "Estou certo de que saímos daqui melhores parlamentares".

Para mais informações sobre o workshop, visite [www.e-fipa.org](http://www.e-fipa.org)

### Neste número:

<b>A experiência boliviana em direitos da mulher</b>	<b>2</b>
<b>O Congresso Mexicano</b>	<b>3</b>
<b>A OEA no Panamá</b>	<b>4</b>
<b>Legisladoras, vamos escrever!</b>	<b>4</b>
<b>Reunião do Comitê Executivo no Brasil</b>	<b>4</b>
<b>Sobre o FIPA</b>	<b>4</b>



# A experiência boliviana em direitos da mulher

O desafio das mulheres para exercer a plenitude dos seus direitos de cidadãs demanda um esforço dobrado da sociedade como um todo para reaprender e reexaminar novas formas de relacionamento que permitam a igualdade de gênero no uso do poder.

Transcender o âmbito da economia e da política significa investir em capital humano, o que permite que os estados tenham a possibilidade de alcançar um desenvolvimento humano em que diminuam as disparidades entre os gêneros.

Segundo o Censo geral de população e vivenda, na Bolívia éramos 4.150.475 mulheres em 2001. A pobreza em que vivem as mulheres reflete-se nos altos índices de violência - 7 de cada 10 mulheres sofrem algum tipo de violência (seja política, intra-familiar, psicológica ou física) - e nos baixos níveis de participação política.

Na Bolívia, a taxa de analfabetismo das mulheres é de 19,35 % e a taxa de analfabetismo dos homens, de 6,94%. Estas cifras aumentam em zonas rurais: o analfabetismo feminino é de 37,91%, enquanto o masculino é de 14,42%.

A participação da mulher nas questões políticas vê-se também ameaçada por outros fatores. Segundo

dados do Vice-ministério da Mulher, o assédio político por gênero registra-se em 43% dos casos, enquanto que o impedimento de exercício está por volta de 23,19%. Na Bolívia, os deputados e senadores são eleitos por um sistema de listas, com titulares e suplentes. O suplente só pode assumir o cargo em caso de morte ou renúncia do titular. Quando o titular do cargo é uma mulher



Várias organizações trabalham para reduzir a taxa de analfabetismo, que é de 37,91 % no caso das mulheres rurais.

e o suplente um homem, foram registrados casos em que as mulheres são objeto de todo tipo de coerção para que renunciem ao cargo em benefício do homem ou são impedidas de exercer. Isso é o que chamamos de “assédio político por gênero” ou “impedimento de exercício”.

Nas duas últimas décadas, demos grandes passos para proteger e garantir nossos direitos na busca da igualdade de gênero. Assim, hoje contamos com instrumentos legais como a *Lei contra a violência intra-familiar ou doméstica*, a *Lei de proteção às vítimas de delitos sexuais*, a *Lei de*

*abreviação processual civil e de assistência familiar*, o *Código de família* e a própria Constituição Política do Estado que, de forma direta, beneficiam as mulheres e facilitam a proteção dos seus direitos através da Justiça.

Quanto a nossos direitos políticos, temos a *Lei de Partidos Políticos, grupos de cidadãs e povos indígenas* que

Fotos: Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas, Bolívia



obriga os partidos políticos e grupos de cidadãs a terem uma alternância de gênero em suas listas de candidatos a cargos eletivos, outorgando às mulheres um espaço de 30% nas listas. Contamos também com a *Lei de Convocatória à Assembléia Constituinte*, onde inserimos uma espécie de faixa de segurança para que, de 255 constituintes, 79 sejam mulheres, e hoje, graças à inclusão em outros espaços nas listas de candidatos, temos 88 mulheres constituintes.

No âmbito social, foi aprovada a *Lei das trabalhadoras do lar*, através

da qual se oferece proteção a todas as mulheres que prestam serviços como “empregadas domésticas”, definindo horários de trabalho e um salário mínimo, obrigando os empregadores a oferecerem seguro médico de saúde e outros benefícios sociais.

Da mesma forma, a lei do Instituto de Reforma Agrária

(INRA) garantiu à mulher o acesso à propriedade da terra, quando antes este direito era reservado somente aos homens.

Avançamos bastante. Hoje falta realizar um trabalho de divulgação, aplicação e interpretação destas normas, para que as mulheres tomem conhecimento delas e que os funcionários da Justiça as apliquem e interpretem corretamente.

**Por Elsa Guevara, Câmara dos Deputados da Bolívia**



# O Congresso Mexicano

Foto: Senado mexicano

O México está dividido em três poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. A Constituição Política assinala que o Congresso da União é o depositário do Poder Legislativo, que se divide em duas casas: a Câmara dos Deputados e o Senado. A primeira está composta de 500 representantes, 300 eleitos por votação direta e 200 mediante escolha plurinominal, sem ingressar por votação direta, mas em função do número de votos obtidos nas 5 regiões eleitorais do país. A Câmara dos Deputados é totalmente renovada a cada três anos.

Há 128 senadores: três representantes para cada um dos 31 estados e o Distrito Federal, dos quais dois são eleitos por maioria relativa e outro para a primeira minoria (segundo lugar). Os restantes trinta e dois senadores são eleitos segundo o sistema de representação proporcional. O Senado é totalmente renovado a cada seis anos.

A Constituição não permite que os deputados e senadores sejam reeleitos por períodos consecutivos; esclarece que suas opiniões são invioláveis; e contém restrições quanto ao exercício de qualquer outro emprego remunerado no setor público. A iniciativa das leis pode ser dos deputados, senadores, Presidente e Congressos dos estados.

Após sua aprovação na casa iniciadora (a Câmara dos Deputados ou o Senado), os projetos de lei ou decretos são encaminhados para a outra casa para discussão e logo, se não houver observações, para o Executivo que os publica imediatamente, caso não haja observações. No caso de serem objeto de veto



Vista do interior do Senado mexicano.

presidencial, eles serão devolvidos com observações para a casa iniciadora para discussão e posterior encaminhamento para a outra casa. No caso de não serem aprovados pela casa revisora, ela os devolverá para a casa iniciadora. Se a casa revisora fizer observações, a lei ou o decreto será devolvido para a casa iniciadora com posterior discussão das observações exclusivamente e será aprovado dessa forma. Se as observações não forem aprovadas, a casa iniciadora devolverá a lei ou o decreto para a casa revisora. Caso não seja aprovado, ele será devolvido e somente poderá ser tratado em outro período de sessões.

Qualquer lei pode ser iniciada em qualquer uma das casas, salvo quando se tratar de empréstimos, impostos ou contribuições, que deverão ser objeto de discussão anterior pelos deputados.

A atual legislação garante a representação de ambos os gêneros, sendo que o Código

Federal de Procedimentos Eleitorais esclarece as proporções. Cabe assinalar que os partidos devem incluir obrigatoriamente mulheres em suas listas de representação proporcional e de candidatos por maioria relativa, a fim de oferecer uma maior representação do gênero.

A Reforma do Estado se traduz na principal tarefa desta 60ª. legislatura e inclui a modificação do regime de

governo e Estado, democracia e sistema eleitoral, federalismo, a reforma do poder judiciário e a reforma tributária e das garantias sociais. Ela ocupará grande parte dos debates nas duas casas.

**Por Salvador Ruiz Sánchez,  
Câmara dos Deputados de  
México**

## Câmara dos Deputados (2006–2009)

- ◆ 500 deputados
- ◆ 113 mulheres
- ◆ 387 homens
- ◆ Principais partidos:
  - Partido da Ação Nacional - PAN 41,2 % ,
  - Partido da Revolução Democrática - PRD 25,4% ,
  - Partido Revolucionário Institucional - PRI 21,2% ,
  - Outros 12,2%

## Senado (2006–2012)

- ◆ 128 senadores
- ◆ 23 mulheres
- ◆ 105 homens
- ◆ Principais partidos:
  - Partido da Ação Nacional - PAN 40,6 % ,
  - Partido Revolucionário Institucional - PRI 25,78 % ,
  - Partido da Revolução Democrática - PRD 20,31 % ,
  - Outros 13,28%



# A OEA no Panamá

“Energia para o desenvolvimento sustentável” será o tema central do Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), a ser realizado na cidade de Panamá, Panamá, entre 3 e 5 de junho deste ano.

Nessa oportunidade, 34 chanceleres das Américas tratarão de avançar através da *Declaração do Panamá*, numa agenda energética regional. Segundo o chanceler do Panamá, Samuel Lewis Navarro, espera-se que a declaração inclua “iniciativas concretas para conseguir benefícios tangíveis para os povos do continente”.

A OEA reúne os países do hemisfério ocidental para fortalecer a cooperação mútua em torno dos valores da democracia, defender os interesses comuns e debater os grandes temas da região e do mundo. É o principal foro multilateral da região para o fortalecimento da democracia, a promoção dos direitos humanos e a luta contra problemas comuns como a pobreza, o terrorismo, as drogas e a corrupção.

Lembramos que o FIPA, criado em 2001, tem sua origem numa resolução da Assembléia Geral da OEA.

Fonte: [www.oas.org](http://www.oas.org)

Imagem: OEA



## Sobre o FIPA

O Fórum Interparlamentar das Américas é uma rede independente composta dos órgãos legislativos nacionais dos países membros da Organização dos Estados Americanos, que visa promover a participação parlamentar no sistema interamericano.

### Reunião do Comitê Executivo no Brasil

A XVI reunião do Comitê Executivo do FIPA será realizada em 1º e 2 de junho em Brasília. Nessa oportunidade serão examinados vários projetos para a execução das recomendações adotadas pela Assembléia Plenária em Bogotá em novembro passado e a realização da próxima assembléia plenária.

## Legisladoras, vamos escrever!

A presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas, senadora Cecilia López Montañó, convidou suas colegas a fazerem parte do projeto “Compartilhar experiências”, enviando artigos que inspirem outras mulheres a participar na política.

O objetivo do projeto é que as experiências das mulheres que já atuam ativamente na política possam servir para inspirar, incentivar e ajudar outras a abraçar a vida política. López Montañó sugeriu considerar os seguintes temas como ponto de partida:

- Como cheguei a ser uma mulher parlamentar?
- Três conselhos que daria a uma mulher que está pensando em ingressar na política.
- Por que valeu a pena? O que consegui?

Convidamos as legisladoras interessadas em escrever um artigo a entrarem em contato com a secretaria do FIPA: [info@e-fipa.org](mailto:info@e-fipa.org) para conhecerem os detalhes técnicos sobre formato e tamanho.

### COMITÊ EXECUTIVO DO FIPA

#### Presidente

- Deputado Luiz Carlos Hauly, Brasil

#### América do Norte

- Deputado James Bezan, Canadá
- Senador Ricardo García Cervantes, México

#### América Central

- Deputado Héctor Julio Pérez Rojas, Guatemala
- Deputada María Estela de la Cruz, República Dominicana

#### Caraíbas

- Senadora Brenda Hood, Granada
- Deputado Stanford Callender, Trinidad e Tobago

#### América do Sul

- Senadora Nancy Patricia Gutiérrez, Colômbia
- Deputado Iván Moreira Barros, Chile

#### Ex-presidenta do FIPA

- Senadora Céline Hervieux-Payette, Canadá

#### Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

- Senadora Cecilia López Montañó, Colômbia

#### País anfitrião da Assembléia Plenária

- A confirmar

FIPA  
500-165 Sparks St.  
Ottawa, Ontario K1P 5B9  
Canada  
Telephone: 1 613 594-5222  
Fax: 1 613 594-4766  
[info@e-fipa.org](mailto:info@e-fipa.org)  
[www.e-fipa.org](http://www.e-fipa.org)

O FIPA recebe apoio financeiro do Governo do Canadá, por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI).



FIPA é um colaborador do:



Centro Parlamentar  
[www.parlcent.ca](http://www.parlcent.ca)

